


# (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS ALUNOS DE GASTRONOMIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CEARÁ

FOOD AND NUTRITIONAL (IN)SECURITY OF GASTRONOMY STUDENTS AT A PUBLIC UNIVERSITY IN CEARÁ

EUDES OLIVEIRA DE MELO<sup>1</sup>  ALESSANDRA PINHEIRO DE GOES CARNEIRO<sup>2</sup>   
EVELINE DE ALENCAR COSTA<sup>\*3</sup>  FRANCISCA ELISANGELA TEIXEIRA LIMA<sup>4</sup> 

<sup>1</sup>Mestrando em Gastronomia, Nutrição e Saúde. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil..

<sup>2</sup>Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

<sup>3</sup>Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

<sup>4</sup>Doutora em Enfermagem. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

\*Autor Correspondente: [evelinedealencarcosta@gmail.com](mailto:evelinedealencarcosta@gmail.com)

## RESUMO

A segurança alimentar e nutricional de um grupo de pessoas é diretamente influenciada por fatores socioeconômicos, como gênero, renda, emprego e escolaridade. Além disso, a insegurança alimentar é um tema de estudos que faz parte do repertório científico da comunidade acadêmica de Gastronomia no Brasil. Diante disso, tem-se como objetivo avaliar os níveis de segurança ou insegurança alimentar e nutricional dos estudantes de graduação e pós-graduação em gastronomia de uma universidade pública do Ceará - Brasil, comparando-os com os dados da população cearense em geral. Com uma amostra de 25 participantes, o estudo utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e um questionário socioeconômico com os descritores sociais de renda, gênero, idade, cor da pele, escolaridade e situação de emprego. A contextualização destaca a relevância de abordar a segurança alimentar na graduação em gastronomia, especialmente após a crise sanitária provocada pela COVID-19. Como resultados, constatou-se níveis de insegurança alimentar leve e grave em 56% da amostra, evidenciando similaridades com os dados da população cearense, ao analisar a relação dos graus de insegurança alimentar com os descritores sociais. Assim, a situação de emprego, a disponibilidade de renda e a cor da pele mostraram-se fatores de intervenção significativos, mesmo no ambiente acadêmico da gastronomia, destacando a influência dos descritores sociais na prevalência da insegurança alimentar dos alunos entrevistados.

Palavras-chave: universitários; saúde; insegurança alimentar; fatores socioeconômicos; políticas públicas.

## ABSTRACT

The food and nutritional security of a group of people is directly influenced by socioeconomic descriptors, such as gender, income, employment and education. Furthermore, food insecurity is a study topic that is part of the scientific repertoire of the academic gastronomy community in Brazil. Given this, the objective is to evaluate food and nutritional security levels or insecurity on undergraduate and postgraduate students in gastronomy at a public university in Ceará - Brazil, and to compare these findings with data from the general population of Ceará. A sample of 25 participants was utilized in the study, which employed the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) and a socioeconomic questionnaire with the income social descriptors, gender, age, skin color, education and employment status. The contextualization highlights the relevance of addressing food safety in gastronomy degrees, especially after the health crisis caused by COVID-19. The results indicated that 56% of the sample exhibited levels of food insecurity, which was comparable to the findings from the Ceará population. This analysis revealed that social descriptors, such as employment status and income, as well as skin color, were significant predictors of food insecurity. These findings highlight the influence of social factors on the prevalence of food insecurity among students in the academic environment of gastronomy.

Keywords: university students; health; food insecurity; socioeconomic factors; public policies.

Citar este artigo como:

MELO, E. O. de; CARNEIRO, A. P. de G.; COSTA, E. de A.; LIMA, F. E. T. (In)Segurança alimentar e nutricional dos alunos de gastronomia de uma universidade pública no Ceará. *Nutrivisa - Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde*, Fortaleza, v. 11, n. 1, 2024. DOI: 10.59171/nutrivisa-2024v11e13057. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/nutrivisa/article/view/13057>.

## INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) faz parte do repertório científico da comunidade acadêmica de Gastronomia no Brasil, questionando a hegemonia dos paradigmas europeus que associam a gastronomia apenas a abundância dos alimentos e ao prazer da comida, acrescentando saberes em torno de uma compreensão mais ampla do sistema alimentar e sua relação com a sociobiodiversidade cultural, com foco na importância do ambiente alimentar, da saúde integral e no modo que o consumidor realiza suas escolhas alimentares, para além da segurança sanitária (SUGIZAKI; OLIVEIRA, 2021).

Ademais, uma pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, entre 2021 e 2022, revelou que a crise causada pela COVID-19 e suas medidas de restrições sanitárias aumentou os números de insegurança alimentar (IA) no Brasil, porém não de forma igual, uma vez que as diferenças entre os graus de fome da insegurança alimentar são potencializadas por descritores socioeconômicos, como gênero, renda, emprego e escolaridade. No Ceará, por exemplo, 2,4 milhões de pessoas passavam fome, mas, analisando o contexto social, 65% da população se encontrava no mais alto grau de fome por conta da menor disponibilidade de renda, enquanto a porcentagem dos grupos com maior disponibilidade de renda era 33% (REDE PENSSAN, 2022).

Nesse viés, os descritores sociais exercem forte influência sobre o estado de insegurança alimentar da população, de modo que, a baixa escolaridade é inversamente proporcional a IA, uma vez que a educação interfere nas oportunidades de emprego e, portanto, na renda familiar. A diminuição da insegurança alimentar está relacionada à educação mais elevada da pessoa de referência no domicílio, famílias com chefes de menor escolaridade apresentaram maior prevalência de algum nível de IA, destacando a importância da educação como um determinante social para a segurança alimentar (BURLANDY; SALLES-COSTA, 2022; SANTOS *et al.*, 2018).

Essa relação com a escolaridade indicou que domicílios com até ensino fundamental apresentaram menores taxas de segurança alimentar, enquanto aqueles com ensino superior tinham maiores prevalências

(GALINDO *et al.*, 2021). Assim, o direito social à educação é um meio de proteção contra a ameaça da fome, pois há diferenças significativas no estado nutricional de grupos com diferentes níveis de escolaridade (PAULA; PAULA; BUENO, 2021).

Ademais, segundo o II VIGISAN, a relação entre a cor da pele autorrelatada da pessoa responsável pelo domicílio e a mudança nos níveis de (in)segurança alimentar de seus moradores tem ligação direta com racismo no Brasil, que impacta no direito humano a uma alimentação adequada e de qualidade, visto que, no início de 2022, a proporção de insegurança alimentar foi maior nos domicílios cujos responsáveis se identificavam como pretos ou pardos (REDE PENSSAN 2022). Além disso, segundo Galindo *et al.* (2022), as questões de cor da pele revelam que a insegurança alimentar era mais acentuada nos domicílios cujo responsável era de cor preta ou parda, em comparação com os chefiados por pessoas brancas, evidenciando a cor da pele como fator social que aumenta a probabilidade de desenvolver os estágios mais severos de insegurança alimentar (BURLANDY; SALLES-COSTA, 2022).

Ao analisar por gênero, o II VIGISAN indica que 19,3% das famílias chefiadas por mulheres estão expostas à fome, enquanto esse percentual reduz para 11,9% quando são os homens que chefiam a família, o que tem como causa, dentre outros fatores, a diferença salarial que desfavorece as mulheres. Avaliando a tendência das relações de desigualdades de gênero entre 2020 e 2022, o aumento da IA grave foi significativamente maior em domicílios onde a mulher era a pessoa de referência (REDE PENSSAN, 2022).

Outrossim, a Segurança Alimentar e Nutricional é diretamente influenciada pelas políticas econômicas neoliberais, centradas no livre comércio, que visam apenas o desenvolvimento econômico, intensificando as desigualdades globais, negligenciando a equidade social e exacerbando a pobreza. Os trabalhadores reféns do sistema produtivo vendem sua mão de obra em troca de um salário que não garante, de forma adequada, SAN para ele e sua família, de modo que os mercados financeiros prejudicam políticas de proteção social, enquanto a desigualdade econômica, especialmente a concentração de renda, contribuiu significativamente para a fome e a subnutrição (PAULA, 2020).

Nesse viés, a desigualdade de renda e a falta de políticas públicas efetivas ilustram as iniquidades relativas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), de maneira que a presença de insegurança alimentar nos domicílios seja inversamente proporcional a renda familiar, ou seja, quanto menor a renda familiar per capita, maiores e mais severos são os níveis de insegurança alimentar. Desse modo, a fome e a IA não são apenas uma consequência da pobreza, mas uma manifestação do sistema econômico neoliberal, uma vez que se relaciona com a situação de trabalho e a renda das famílias (REDE PENSSAN, 2022).

À vista disso, a discussão sobre ambientes alimentares destaca a existência de desertos alimentares em áreas mais pobres, violando o princípio de equidade presente na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), sinalizando as iniquidades alimentares do contexto neoliberal exacerbadas pela orientação econômica dominante, que favorece as classes mais ricas e perpetua padrões desiguais de consumo alimentar (PAULA; PAULA; BUENO, 2021).

Além disso, as consequências da pandemia de COVID-19 aumentaram os índices preliminares de desemprego, pobreza e fome no Brasil, contribuindo para a trajetória crescente da fome no país. O aumento do desemprego, especialmente entre as mulheres e na região Nordeste do país, foi acompanhado pelo crescimento do número de famílias em extrema pobreza, o que também elevou os níveis de insegurança alimentar da população, ameaçando o acesso aos alimentos, principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social (NEVES *et al.*, 2021). Estima-se que em 2020, ano em que a pandemia de COVID-19 se espalhou pelo mundo, o número de pessoas com insegurança alimentar aumentou em 118 milhões, quando comparado a 2019, e, em 2021, aproximadamente, 2,3 bilhões de pessoas no mundo sofriam de insegurança alimentar moderada ou grave, representando 30% da população mundial, sendo um aumento de 350 milhões de pessoas a mais do que em 2019 (FAO *et al.*, 2022).

Nessa conjuntura, a emergência de uma crise sanitária e suas medidas de contenção do vírus, que exacerbaram ainda mais as desigualdades e afastaram a população em situação de vulnerabilidade de suas redes de apoio e dos seus empregos, sinaliza a

importância do Estado para a redução dos impactos das medidas sanitárias de controle do vírus na situação da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, em especial daqueles que já se encontravam em vulnerabilidade no período antes da crise se espalhar (BRITO *et al.*, 2022). Em 2022, o agravamento da insegurança alimentar e nutricional do país foi propiciado pelos retrocessos que causaram as desigualdades sociais evidenciadas pela pandemia, como a redução dos empregos e renda e dos efeitos na cadeia de produção de alimentos e a interrupção de ações e políticas públicas para garantia de direitos sociais. Estes impactos influenciam de forma severa os sistemas e ambientes alimentares, afetando a produção, a oferta, o acesso e o consumo de alimentos, violando a maior parte dos direitos humanos, principalmente o direito à alimentação adequada (BRITO *et al.*, 2022).

Portanto, fatores como posse limitada de bens de consumo, desemprego, baixa escolaridade, cor da pele e gênero da pessoa de referência no domicílio estão associados à insegurança alimentar, mas todos são influenciados diretamente pela disponibilidade de renda, uma vez que, a estabilidade financeira é o fator social mais importante para garantir o acesso regular aos alimentos (SANTOS *et al.*, 2018).

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar os níveis de (in)segurança alimentar dos alunos da graduação e da pós-graduação em gastronomia de uma universidade pública do Ceará - Brasil, considerando renda mensal familiar per capita, gênero, idade, cor da pele, escolaridade e situação de emprego dos participantes como descritores sociais que influenciam diretamente na situação de (in)segurança alimentar, a fim de comparar os resultados com os dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2022).

## MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, transversal, de natureza quantitativa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal do Ceará (PROPESQ – UFC), com o número de parecer: 5.911.907.

A amostra foi constituída pelos alunos que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: ser residente do estado do Ceará, ter idade superior a 18 anos e estar matriculado na graduação ou na pós-graduação (MESTRADO) em Gastronomia da Universidade Federal do Ceará. A coleta de dados ocorreu de forma online, via Google Formulários, entre os dias 01 e 15 de novembro de 2023, em Fortaleza-Ceará, com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por meio de um questionário socioeconômico e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento brasileiro oficial para determinar os níveis de Insegurança Alimentar na população desde 2004.

A EBIA foi aplicada em sua versão reduzida de oito itens, sendo os graus de insegurança alimentar medidos por perguntas estabelecidas relativas às experiências nos últimos três meses anteriores à realização das entrevistas, com respostas SIM e NÃO, atribuindo um ponto positivo para cada resposta afirmativa (INTERLENGHI *et al.*, 2019), classificadas de acordo com as notas de corte (Quadro 1). Os dados foram organizados em uma tabela e classificados a partir da soma da pontuação final de cada indivíduo, seguindo seus pontos de corte para medir a segurança alimentar e os três níveis de insegurança alimentar dos alunos participantes da pesquisa.

**Quadro 1** – Descrição das notas de corte da segurança alimentar e dos três níveis de Insegurança alimentar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Segurança Alimentar (0 pontos)	Quando a pessoa tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança Alimentar Leve (1 a 3 pontos)	Preocupação ou incerteza em relação ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos por conta de escolhas que buscam não comprometer a quantidade.
Insegurança Alimentar Moderada (4 a 5 pontos)	Redução da quantidade de alimentos e/ou mudanças nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos.
Insegurança Alimentar Grave (6 a 8 pontos)	O mais alto grau de fome; não ter acesso a alimentos por falta de dinheiro, fazer apenas uma refeição ao dia, ou ficar o dia inteiro sem comer.

Fonte: Rede Penssan, 2022.

O questionário sociodemográfico foi aplicado para categorizar e auxiliar na interpretação dos dados de acordo com os seguintes critérios descritos e utilizados pelo II Inquérito Nacional sobre Insegurança

Alimentar da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (II VIGISAN) (REDE PENSSAN, 2022): ser residente do estado do Ceará; escolaridade; gênero; faixa etária; renda familiar mensal per capita (calculada dividindo o valor total da renda das pessoas pelo número total de residentes do mesmo domicílio, levando em consideração que, em 2023, o valor do salário mínimo, em reais, era de R\$ 1.320,00); situação de trabalho; e cor da pele. As respostas dos participantes foram tabuladas no Microsoft Excel 365 e analisadas pelos autores.

Os dados foram apresentados em tabelas; analisados pela estatística descritiva, considerando frequência absoluta, frequência relativa; discutidos em relação aos descritores sociais; e comparados aos dados do II VIGISAN sobre a população do Ceará.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 27 pessoas assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e responderam ao questionário, dos quais dois foram excluídos, um por não estar matriculado na graduação, nem pós-graduação em gastronomia e um por não residir no Ceará. Assim, a amostra foi constituída por 25 alunos, sendo 14 (56%) do programa de pós-graduação em gastronomia e 11 (44%) da graduação em gastronomia.

Perfil socioeconômico dos participantes.

As pesquisas e os inquéritos sobre Insegurança Alimentar, seja no Brasil (REDE PENSSAN, 2022), seja no mundo (FAO *et al.*, 2022), revelam que a fome é



exacerbada pela interseccionalidade de fatores sociais descritos como agentes modificadores da segurança alimentar, pois interferem diretamente no acesso à alimentação, tais como: indisponibilidade ou instabilidade de renda, situação de trabalho, exclusão social, cor da pele ou gênero.

Nesse contexto, apesar da EBIA ser um indicador confiável da IA no Brasil, suas medidas são subjetivas e precisam ser relacionadas aos indicadores sociais para aumentar a sensibilidade e especificidade dos diagnósticos de IA em diferentes amostras populacionais (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). Portanto, os descritores sociais utilizados para conhecer o perfil socioeconômico dos participantes deste estudo e a classificação das notas de corte da EBIA foram listados em frequência absoluta e relativa (Tabela 1), para então serem relacionados aos dados referentes ao perfil socioeconômico da amostra, a fim de construir a Tabela 2, isolando cada indicador social, para analisar e discutir a sua influência na situação da segurança alimentar e nutricional dos participantes.

Situação da segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar dos participantes.

Dentre os alunos da graduação e do programa de pós-graduação em gastronomia, 52% estão em situação de insegurança alimentar leve, ou seja, mais da metade dos participantes demonstraram ter preocupação com o acesso aos alimentos e com a qualidade inadequada por conta de escolhas que buscam não comprometer a quantidade da alimentação em seu domicílio; um participante apresentou insegurança alimentar grave, o mais alto grau de fome, demonstrando não ter acesso a alimentos por falta de dinheiro; e, 44% da amostra apresentou segurança alimentar (SA).

Os percentuais encontrados nesta pesquisa são corroborados pelos dados descritos no estudo de Martins *et al.* (2023), realizado no Ceará e na Bahia, entre novembro e dezembro de 2020, os quais relatam a prevalência de 84,3% de insegurança alimentar entre estudantes universitários da rede pública de ensino. Além disso, segundo o II VIGISAN, realizado entre 2021 e 2022, apenas 18,2% da população do Ceará estava em situação de SA (REDE PENSSAN, 2022). À vista disso, percebe-se que a maioria (56%) dos alunos apresentou insegurança alimentar, com taxas mais altas para IA leve em relação a segurança alimentar.

Analisando o gênero dos participantes, os homens do gênero cis apresentaram o maior percentual de IA leve (32%), enquanto a maior parte das mulheres (28%) está em segurança alimentar. Corroborando com os dados descritos por Martins *et al.* (2023), nos quais os estudantes do sexo masculino apresentaram prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave 1,27% maior que as participantes do sexo feminino. Contrariando os dados da população geral apresentados pelo II VIGISAN, cujas taxas de segurança alimentar eram maiores nos domicílios chefiados por homens (47,9%), enquanto apenas 37% das famílias chefiadas por mulheres estavam em SA (REDE PENSSAN, 2022).

Em relação a minorias de gênero, não há dados oficiais dos níveis de insegurança alimentar das pessoas transgênero para que os dados sejam comparados. Há uma pesquisa precursora sobre a IA em pessoas transgênero, do programa de pós-graduação em saúde coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que descreveu taxas mais altas de insegurança alimentar em pessoas transgênero, com 68% de participantes em algum nível de IA (GOMES *et al.*, 2023).

Além disso, 40% das pessoas brancas apresentaram IA, enquanto apenas 16% das pessoas pardas encontrava-se em situação de IA. Ao passo que, de acordo com Martins *et al.* (2023), a prevalência de insegurança alimentar entre estudantes pretos é 90% superior quando comparado a estudantes de outras raças. Além disso, na pesquisa de Araujo *et al.* (2021) com a amostra composta majoritariamente de estudantes universitários negros, a prevalência de IA foi de 84,5%. A diferença inversa observada no presente estudo, onde 68% da amostra é composta por pessoas autodeclaradas brancas, ocorreu igualmente no estudo de Baumgratz *et al.* (2023), com cerca de 58,7% dos entrevistados em SA e 41,3% em IA, justificada pelo perfil da amostra, a qual era composta em sua maioria por estudantes universitários autodeclarados brancos, enquanto a maioria dos alunos do estudo de Martins *et al.* (2023) eram autodeclarados negros (pretos e pardos).

Nesse contexto, segundo Paula, Paula e Bueno (2021), comunidades afro-americanas e latinas nos Estados Unidos da América são desproporcionalmente expostas ao consumo alimentos não saudáveis, o que reflete uma dinâmica global de insegurança alimentar entre pessoas negras, o que afeta principalmente países

**Tabela 1** – Distribuição dos alunos, segundo escolaridade, gênero, faixa etária, cor da pele autodeclarada, situação de trabalho e nota de corte da EBIA, Fortaleza - CE, 2023. (n = 25).

Descritor social	n	%
<b>Escolaridade</b>		
Graduação	11	44
Pós-graduação	14	56
<b>Faixa etária (anos)</b>		
18 a 25	10	40
26 a 40	11	44
41 a 60	4	16
<b>Gênero</b>		
Homem cisgênero	12	48
Mulher cisgênero	12	48
Mulher trans	1	4
<b>Cor da pele autodeclarada</b>		
Branca	17	68
Parda	8	32
<b>Situação de trabalho</b>		
Emprego informal	2	8
Emprego formal	2	8
Autônomo	5	20
Desempregado	9	36
Bolsista	7	28
<b>Número de residentes do domicílio (Incluindo o participante)</b>		
1 pessoa	6	24
2 pessoas	8	32
3 pessoas	4	16
4 pessoas	6	24
6 pessoas	1	4
<b>Renda per capita (Salário mínimo)</b>		
1/4 até 1/2 de salário mínimo.	3	12
mais de 1/2 até 1 salário mínimo.	5	20
> 1 salário mínimo.	17	68
<b>Classificação da EBIA</b>		
Segurança Alimentar	11	44
Insegurança Alimentar Leve	13	52
Insegurança Alimentar Grave	1	4

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2023.

**Tabela 2** – Distribuição dos alunos nos níveis de (in)segurança alimentar encontrados em relação aos descritores sociais de escolaridade, gênero, faixa etária, cor da pele, situação de trabalho e renda domiciliar per capita mensal, Fortaleza - CE, 2023 (n = 25).

Descritores sociais	Segurança alimentar		Insegurança alimentar leve		Insegurança alimentar grave	
	n	%	n	%	n	%
<b>Escolaridade</b>						
Graduação	4	(16)	6	(24)	1	(4)
Pós-graduação	7	(28)	7	(28)	0	
<b>Gênero</b>						
Homens cisgêneros	4	(16)	8	(32)	0	
Mulheres cisgêneros	7	(28)	4	(16)	1	(4)
Mulher trans	0		1	(4)	0	
<b>Faixa etária</b>						
18 a 25 anos	4	(16)	5	(20)	1	(4)
26 a 40 anos	4	(16)	7	(28)	0	
41 a 60 anos	3	(12)	1	(4)	0	
<b>Cor da pele autodeclarada</b>						
Branca	7	(28)	10	(40)	0	
Parda	4	(16)	3	(12)	1	(4)
<b>Situação de trabalho</b>						
Emprego informal	1	(4)	1	(4)	0	
Emprego formal	2	(8)	0		0	
Autônomo	2	(8)	3	(12)	0	
Desempregado	3	(12)	6	(24)	0	
Bolsista	3	(12)	3	(12)	1	(4)
<b>Número de integrantes do núcleo familiar (incluindo o participante)</b>						
1 pessoa	3	(12)	3	(12)	0	
2 pessoas	3	(12)	5	(20)	0	
3 pessoas	4	(16)	0		0	
4 pessoas	1	(4)	5	(20)	0	
6 pessoas	0		0		1	(4)
<b>Renda per capita (Salário mínimo)</b>						
1/4 até 1/2 de salário mínimo.	0		2	(8)	1	(4)
mais de 1/2 até 1 salário mínimo.	0		5	(20)	0	
> 1 salário mínimo.	11	(44)	6	(24)	0	

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2023.

em desenvolvimento, destacando a necessidade de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para atender às demandas de populações vulneráveis, especialmente em relação à cor da pele e gênero. Desse modo, a cor da pele está diretamente ligada a disponibilidade de renda dos estudantes universitários, o que reflete desigualdades econômicas entre pessoas negras e brancas associadas ao risco de insegurança alimentar, conforme descrito por Baumgratz et al. (2023) e corroborado pelo II VIGISAN, onde os domicílios cujos responsáveis eram pessoas brancas autorreferidas a segurança alimentar era garantida com taxas superiores a 50% (REDE PENSSAN, 2022).

Além disso, os participantes com emprego formal marcaram 0 pontos na escala, demonstrando segurança alimentar, com acesso regular aos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para todos os integrantes do domicílio, enquanto os desempregados apresentaram o maior percentual de insegurança alimentar leve (24%), seguidos dos autônomos (12%) e dos participantes com emprego informal (4%). Por conseguinte, a situação de trabalho dos participantes influencia diretamente nos níveis de insegurança alimentar e seguem os dados da (In)segurança alimentar da população do Ceará, onde 66% dos trabalhadores informais ou desempregados apresentaram insegurança alimentar moderada ou grave, em contrapartida, as pessoas com emprego formal apresentaram apenas 30,4% de IA moderada ou grave (REDE PENSSAN, 2022).

Ademais, analisando a disponibilidade de renda por pessoa, aproximadamente, 8% dos participantes desta pesquisa, com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo, estavam em situação de IA leve, e 4% em IA grave, de modo que nenhum participante com renda de até 1 salário mínimo por pessoa estava em segurança alimentar, ao mesmo tempo que 44% dos entrevistados com renda superior a 1 salário mínimo por pessoa encontravam-se em SA, confirmando que as famílias com menor disponibilidade de renda são mais vulneráveis a desenvolver algum grau de insegurança alimentar.

Acompanhando os dados da população geral do estado do Ceará, o II VIGISAN demonstra que mais de 65% dos domicílios cearenses cuja renda per capita mensal dos moradores era inferior a 1/2 de salário mínimo encontravam-se em situação insegurança alimentar grave e que 67% cuja renda era superior a 1

salário mínimo por pessoa, estava em segurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022).

Nesse cenário, ao analisar o núcleo familiar dos participantes, os domicílios com 2 ou com 4 residentes apresentaram maior prevalência de IA leve (20%), enquanto o domicílio com 6 residentes encontrava-se em IA grave (4%). Demonstrando que o tamanho da família, expresso pelo número de pessoas por domicílio usado para calcular a renda per capita da amostra, também é um fator associado a prevalência de IA, uma vez que famílias maiores enfrentam maior risco de insegurança alimentar, por terem mais pessoas para alimentar e para dividir a renda familiar (BURLANDY; SALLES-COSTA, 2022). O que é confirmado pelo estudo de Moura *et al.* (2022), o qual demonstrou que a insegurança alimentar dos estudantes universitários entrevistados estava associada com a maior quantidade de moradores do domicílio e a menor disponibilidade de renda por pessoa.

Ademais, embora a pobreza, demarcada pela renda inferior a 1/4 de salário mínimo por pessoa seja a realidade da sociedade brasileira, nenhum participante do presente estudo relatou rendas per capita mensais tão baixas, o que pode ser explicado pelo apoio financeiro do grupo familiar, em conjunto com a estabilidade financeira e o acesso a uma rede de serviços de apoio (PALMEIRA; SALLES-COSTA; PÉREZ-ESCAMILLA, 2020). Diante disso, segundo Araujo *et al.* (2021), a IA em estudantes universitários é associada a menor disponibilidade de renda e pode ser reduzida através de auxílios financeiros governamentais, uma vez que a alta prevalência de IA em sua amostra estava relacionada a alta proporção de estudantes com renda inferior a 1 salário mínimo. Corroborando com os achados de Baumgratz *et al.* (2023), os quais relatam as dificuldades financeiras da amostra que aumentam a prevalência de IA e denotam a importância de políticas de repasse de renda nas universidades públicas, para garantir a permanência dos discentes e o seu acesso aos alimentos.

Analisando a escolaridade separadamente, Araujo et al. (2021) demonstra a maior prevalência de SA em estudantes de pós-graduação (20,5%) quando comparada a estudantes da graduação (10%), enquanto os níveis de insegurança alimentar apresentam um percentual de 79,5% para a pós-graduação e 90% para a graduação. No presente estudo, os alunos da graduação e da pós-graduação apresentaram percentuais



iguais para os níveis de insegurança alimentar (28%), e percentuais diferentes para segurança alimentar entre a graduação (16%) e a pós-graduação (28%). Nesse contexto, embora a amostra apresente altos índices de escolaridade, segundo Araujo *et al.* (2021), Moura *et al.* (2022), Baumgratz *et al.* (2023) e Martins *et al.* (2023), a insegurança alimentar entre estudantes universitários é associada a cor de pele autodeclarada e a disponibilidade de renda, de modo que, além da cor da pele influenciar a situação de emprego e a disponibilidade de renda, os pós-graduandos, que são profissionais formados, geralmente possuem emprego e renda estáveis, diferente dos estudantes da graduação, os quais dependem do apoio do núcleo familiar, ou de auxílios financeiros governamentais.

## CONCLUSÃO

Portanto, por mais que os conhecimentos acerca da Segurança Alimentar e Nutricional presentes na formação dos gastrônomos influenciem os profissionais a lutarem contra as desigualdades que aumentam a insegurança alimentar e a fome, 56% da amostra desta pesquisa apresentou algum grau de insegurança alimentar, uma vez que a prevalência de IA é associada a fatores socioeconômicos, como a renda e a cor da pele.

Assim, embora os altos índices de escolaridade sejam fundamentais para reverter a situação de vulnerabilidade social, interferindo diretamente nos níveis de insegurança alimentar, outros descritores sociais, como, a renda, o gênero e a cor da pele, ainda mais quando analisados em uma amostra restrita e pequena, são igualmente agentes modificadores das condições de segurança alimentar, o que reforça a escassez de uma rede de políticas públicas permanentes que possibilitem o acesso a alimentação saudável, com qualidade e quantidade suficiente para suprir as necessidades nutricionais dos estudantes das universidades públicas.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, T. A.; MEDEIROS, L. A.; VASCONCELOS, D. B.; DUTRA, L. V. (In)segurança alimentar e nutricional de residentes em moradia estudantil durante

a pandemia do covid-19. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021010, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661200. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661200>. Acesso em: 6 jul. 2024.

BAUMGRATZ, L. D.; JOSÉ MARIA, A. R.; OLIVEIRA, M. M.; JÚNIOR, L. C. G.; CÂNDIDO, A. P. C.; MOREIRA, A. V. B.; NETTO, M. P.; OLIVEIRA, R. M. S.; FARIA, E. R. Dificuldades financeiras, aspectos alimentares e de saúde em estudantes universitários, durante a pandemia de Covid-19. *DEMETRA*, [S. l.], v. 18, p. e72281, 2023. DOI: 10.12957/demetra.2023.72281. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/72281>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRITO, F. R.; ALPINO, T. M. A.; TAVARES, A. O.; SANTOS, C. R. B. Covid-19, direito humano à alimentação adequada e a luta contra a fome: quando a solidariedade é resistência. In: *Fraturas expostas pela pandemia: conjugando juntas o verbo esperar: ano 2*. Fernanda Fochi Nogueira Insfran, Fauston Negueiros, Jacqueline de Sousa Gomes (Org.). Teresina: EDUFPI, 2022. E-book. ISBN: 978-65-5904-150-3

BURLANDY, L.; SALLES-COSTA, R. Segurança alimentar e nutricional. Concepções e desenhos de investigação. In: KAC, G.; SICHIERI, R.; GIGANTE, D. P. (orgs.). *Epidemiologia nutricional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. E-book. p. 485-501. ISBN 978-85-7541-320-3.

SANTOS, T. G.; SILVEIRA, J. A. C.; SILVA, G. L.; RAMIRES, E. K. N.; MENEZES, R. C. E. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 4. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00066917>.

FAO - Food and Agriculture Organization; IFAD - International Fund for Agricultural Development; Unicef - United Nations Children's Fund; WFP - World Food Programme; WHO - World Health Organization. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*.

- Roma: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2022. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ, L. Work Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Berlin: Food for justice, n. 4, p. 56, 2021. E-book. ISBN: 978-3-96110-370-6.
- GOMES, S. M.; JACOB, M. C.; CHAVES, V. M.; SOUSA, L. M. P.; SIGNORELLI, M. C.; OLIVEIRA, D. C.; LYRA, C. O.; NORO, L. R. Food insecurity in a Brazilian transgender sample during the COVID-19 pandemic. *PLOS ONE*, [S.l.], v. 18, n. 5, e0284257, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0284257>
- INTERLENGHI, G. S.; REICHENHEIM, M. E.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; MORAES, C. L.; SALLES-COSTA, R. Suitability of the eight-item version of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale to identify risk groups: evidence from a nationwide representative sample. *Public Health Nutrition*. 2019. v. 22, n. 5, p. 776-784, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/s1368980018003592>
- KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>.
- MARTINS, N. C.; PINTO, N. V.; DOMENEGUETTI, J. C.; FROTA, M. A.; MARTINS, M. C.; ROLIM, K. M. Situação de (in)segurança alimentar de estudantes universitários da rede pública durante a pandemia da covid-19. *Conexões - Ciência e Tecnologia*, [S. l.], v. 17, p. e022004, 2023. DOI: 10.21439/conexoes.v17i0.2525. Disponível em: <https://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/2525>. Acesso em: 5 jul. 2024.
- MOURA, E. R.; MENDES, M. L.; SOTERO, A. M.; OMENA, C. M. Segurança alimentar de acadêmicos de uma universidade pública do estado do Piauí. *Conjecturas*, [S. l.], v. 22, n. 11, p. 535-556, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-1428-Z18. Disponível em: <http://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1428>. Acesso em: 6 jul. 2024.
- NEVES, J. A.; MACHADO, M. L.; OLIVEIRA, L. D. A.; MORENO, Y. M. F.; MEDEIROS, M. A. T.; VASCONCELOS, F. A. G. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por Covid-19. *Revista de Nutrição*, v. 34, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200170>
- PALMEIRA, P. A.; SALLES-COSTA, R.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Effects of family income and conditional cash transfers on household food insecurity: evidence from a longitudinal study in Northeast Brazil. *Public Health Nutrition*, v. 23, n. 4, p. 756-767, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/s1368980019003136>
- PAULA, N. F.; PAULA, N. M.; BUENO, R. E. Iniquidades e promoção pública de ambientes alimentares saudáveis na cidade de Curitiba, Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. 21-27, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8663749>
- PAULA, N. M. Fome e economia: um contraste insólido da ordem neoliberal. In: ROSANELI, C. F. (org.). *Fomes contemporâneas*. 1ª ed. Curitiba: PUCPRESS, p. 38-51, 2020.
- Rede PENSSAN - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN – relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. 112 p.
- SUGIZAKI, B. C.; OLIVEIRA, M. M. A soberania e segurança alimentar e nutricional na percepção da comunidade acadêmica de bacharelados em gastronomia no Brasil. Rio de Janeiro: *Revista Mangút: Conexões Gastronômicas*, ISSN 2763-9029. v. 1, n.2, p. 133-146, 2021. Disponível em: <https://each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=14211>

RECEBIDO: 6/5/2024  
REVISADO: 5/7/2024  
ACEITO: 6/7/2024  
PUBLICADO: 7/7/2024